



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**LEI Nº 558/03**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
EXTINGUIR CARGOS TEMPORÁRIOS  
CRIADOS ATRAVÉS DA LEI 544/03 E  
CELEBRAR CONTRATO POR TEMPO  
DETERMINADO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUIA BRANCA,**  
Estado do Espírito Santo, faço saber que a  
Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a  
seguinte lei:

Art. 1º - Ficam extintos os 02 (dois) cargos de pedreiro, criados pela Lei Municipal nº 544/2003, na estrutura da Secretaria Municipal de Obras;

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público dentro de várias áreas do serviço público municipal, em observância ao disposto no inciso IX, do Artigo 37, da Constituição Federal.

Art. 3º - A contratação dar-se-á a título precário e provisório, através de ato designativo, não criando para o designado qualquer vínculo funcional permanente, podendo ser exonerado a qualquer tempo por ato do Executivo Municipal, sem que lhe caiba qualquer direito de indenização.

§ 1º - O tempo de serviço não será contado para estágio probatório, sendo contado somente para fins de aposentadoria, licenças, gozo de férias, décimo terceiro e vantagens relativas ao local de trabalho.

§ 2º - O ato designativo mencionado no "caput" deste artigo, refere-se a Decreto do Executivo Municipal, podendo ser individual ou não, nele constando o período contratual.

Art. 4º - As contratações serão efetivadas por prazo determinado, improrrogáveis, não podendo ultrapassar o ano de 2003.

Parágrafo único - O responsável pela Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Águia Branca, deverá excluir da respectiva folha de





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

### ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

pagamento, o servidor que teve seu contrato encerrado, independente de autorização superior.

Art. 5º - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal, após a devida comprovação em processo administrativo próprio, da real necessidade, realizada pelo órgão competente.

Art. 6º - O contratado não poderá ser ocupante de cargo público, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade da autoridade competente, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente.

Art. 7º - Os contratados para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições e ao mesmo regime de responsabilidade vigentes para os servidores públicos municipais efetivos.

Art. 8º - A remuneração do pessoal contratado no regime instituído por esta Lei, será a mesma fixada para o cargo idêntico ou assemelhado, integrante dos Planos de Carreiras, Cargos, Funções e Vencimentos dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Águia Branca.

Art. 9º - O Regime Jurídico da contratação autorizada nesta Lei é o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Águia Branca, criado pela Lei nº 111 de 27.12.91, observando as normas descritas no Estatuto dos profissionais do Magistério, instituído pela Lei nº 371/98.

Art. 10 - Ficam criados temporariamente os cargos constantes do anexo único desta Lei, tendo em vista que os setores ainda não se encontram com o quadro de servidores necessários já definido, o que impede a nomeação para cargos efetivos.

§ 1º - As contratações temporárias previstas nesta Lei serão efetivadas para o exercício das atividades dos cargos constantes do anexo único.

§ 2º - Os cargos criados pela presente Lei, extinguem-se automaticamente, quando do término do ano de 2003.

Art. 11 - A localização dos contratados será feita a critério das Secretarias em cujas estruturas serão contratados os servidores, observando-se a necessidade de cada unidade das secretarias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 05 de Fevereiro de 2003.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, 17 de junho de 2003.

  
**JAILSON JOSÉ QUIUQUI**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ANEXO único (Art. 10)**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

CARGO	REFER.	CARREIRA	QUANTIDADE
Auxiliar Técnico	CC-3	-	02
Trabalhador braçal	-	01	01

*mej*